



# DIRETRIZES DO PLANO DE GOVERNO

GOVERNADOR  
**ROBERTO  
CLÁUDIO**  
DOMINGOS FILHO  
VICE

COLIGAÇÃO DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO  
PDT-PSD-PSDB-CIDADANIA-PSB-PMN-PATRIOTA-AGIR-PSC-PMB-DC

# S U M Á R I O

01. Introdução
02. Metodologia para a construção coletiva do Plano de Governo
03. Evolução e desafios para o nosso Ceará
04. Diretrizes centrais do Plano de Governo
05. Diretrizes temáticas do Plano De Governo
06. Mensagem Final

# 01 INTRODUÇÃO

A COLIGAÇÃO DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO, vem apresentar os principais pilares e orientações que nortearão a construção coletiva do Plano de Governo para o Ceará - gestão 2023 - 2026. O presente documento não se constitui, em si, no Plano de Governo. São diretrizes conceituais e metodológicas norteadoras de sua consolidação.

Como já dito, o Plano de Governo será fruto de uma construção coletiva a partir de discussões, aprofundamentos e formulações a serem realizadas durante toda a campanha eleitoral.

Parte-se da descrição da metodologia de construção coletiva do Plano, detalhando a dinâmica de interações com a população em suas várias instâncias, desde as representações da sociedade civil organizada passando por uma série de discussões técnicas e reflexões ambientadas nas diversas regiões e segmentos representativos do Estado e chegando à coleta de ideias e sugestões apresentadas pela população.

Em seguida, apresenta-se uma análise resumida da evolução recente do Estado do Ceará desde o ciclo iniciado em 1987 até a indicação da necessidade de um novo ciclo desse projeto, onde as conquistas alcançadas ao longo desses anos sejam preservadas - sem retrocesso, todavia com as correções, os ajustes e os aperfeiçoamentos que se revelam indiscutivelmente necessários. O Plano propõe um novo ciclo de realizações marcantes de desenvolvimento, inclusive para fazer o que nunca foi feito no Ceará.

Ousar e inovar, tendo como norte, razão principal e inspiração a melhoria da qualidade de vida do povo cearense, em todos os seus aspectos.

Nos tópicos seguintes, as diretrizes centrais e temáticas são apresentadas como elementos norteadores das políticas públicas, projetos e ações a serem formuladas no Plano de Governo. Tais diretrizes se constituem no ponto de partida para a formulação das ideias e propostas do Plano, sem contudo serem limitantes, podendo ser revistas e aperfeiçoadas à luz das discussões próprias do processo de construção coletiva do Plano. Conclui-se o documento com a mensagem final, uma síntese sobre o potencial transformador desse esforço coletivo que tomará forma no Plano de Governo.

## **02** METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PLANO DE GOVERNO

A premissa fundamental para a elaboração do Plano de Governo da COLIGAÇÃO DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO, como se depreende do próprio nome da coligação, é a construção coletiva. Essa construção coletiva, sem prejuízo de outras abordagens complementares, está ancorada na discussão e aprofundamento com quadros técnicos oriundos da academia, do poder público e do setor privado; no diálogo com entidades representativas da sociedade civil organizada e movimentos populares; nas expressões e visões políticas componentes da Coligação; e nas variadas interações com a população do Estado. Todo esse processo acontecerá nas diversas regiões do Estado.

A discussão regional é fator relevante para que o Plano de Governo incorpore e leve em conta a diversidade, as potencialidades e as características específicas de cada região do Estado. As expressões e vocações econômicas, sociais, culturais, demográficas, dentre outras características, devem refletir a pluralidade das regiões do Estado e seus municípios. Regiões metropolitanas, centros urbanos, zona rural, sertão, litoral, serras, enfim, todas as áreas específicas das macrorregiões cearenses devem ser consideradas em toda sua complexidade.

O diálogo com a sociedade civil, por meio de suas instituições representativas, será exercido desde o início em toda a extensão necessária. Representações de movimentos sociais serão ouvidos, bem como segmentos representativos das atividades econômicas tais como indústria, comércio e serviços, turismo, energias renováveis e o agronegócio, dentre outros.

A consulta direta à população será estimulada, tanto nas discussões presenciais regionais, bem como por meios digitais disponibilizados para o envio de propostas pelos cidadãos cearenses que tenham interesse em contribuir com este processo. Para além do Plano de Governo, as propostas poderão compor um banco de ideias disponíveis a serem usadas como referência na formulação de novas políticas, projetos e ações.

O processo coletivo de formulação e proposição das diversas políticas públicas, projetos e ações específicas que irão compor o Plano de Governo deve se nortear pelas diretrizes aqui apresentadas: Diretrizes Centrais e Diretrizes Temáticas. Tais diretrizes são linhas orientativas para a formulação das propostas, fazem parte do futuro Plano de Governo, mas não são por si só o Plano de Governo.

posto que este Plano de Governo será construído de forma participativa ao longo do processo eleitoral.

A elaboração do Plano de Governo valorizará os instrumentos de planejamento já existentes, públicos ou setoriais. O Plano de longo prazo Ceará 2050, o Plano Fortaleza 2040, outros planos regionais e iniciativas específicas como o estudo 'Rotas Estratégicas Setoriais' desenvolvido pelo Sistema FIEC, serão fontes de referência importantes.

Por fim, as diretrizes aqui apresentadas têm um caráter orientativo e norteador, porém não sendo completamente limitantes das ideias e propostas a serem apresentadas. Novas diretrizes, ou ajustes nas diretrizes aqui apresentadas, podem acontecer como consequência do processo de construção coletiva do Plano de Governo.

## **03** EVOLUÇÃO E DESAFIOS PARA O NOSSO CEARÁ

O Ceará passou por grandes transformações nas últimas décadas, observando-se avanços significativos tanto na gestão pública quanto nas áreas econômicas e sociais. Esse movimento de modernização teve início no ano de 1987 e inaugurou um novo período para o nosso Estado.

Foi um período que teve como ponto de partida a modernização da gestão pública, com o foco no equilíbrio orçamentário a partir de uma profunda e qualificada reforma administrativa do Estado, com redefinição de prioridades, eliminação de privilégios e melhoria na eficiência da máquina pública. Para se ter ideia da grave situação fiscal naquela época, a arrecadação de impostos não era suficiente para cobrir sequer dois terços dos excessivos gastos com pessoal.

Assim, essas mudanças foram essenciais para fortalecer a capacidade fiscal do Estado, no sentido de ser um elemento indutor de um novo ciclo de desenvolvimento, especialmente no que se refere ao processo de industrialização por meio da atração de investimentos, não somente sob a forma de políticas de incentivos fiscais e creditícias, a qual se verificou nos anos seguintes, mas também pela profunda mudança implementada na cultura política e de gestão pública, que conferiu um nível de confiança dos agentes econômicos no Estado como nunca visto anteriormente. Essa estratégia foi responsável pela vinda para o Ceará de várias indústrias de atuação nacional.

Adicionalmente, diversas outras políticas públicas, não menos importantes, surgiram nesse período, tornando-se grandes sucessos. Por exemplo, o Programa de Agentes Comunitários da Saúde foi extremamente exitoso no combate à mortalidade infantil. Seus resultados foram tão expressivos que o Programa se tornou, pouco depois, uma política de abrangência nacional e em 1993 o Estado recebeu o reconhecimento e prêmio internacional da UNICEF, tendo sido inclusive referência para políticas similares em outros países.

O projeto de transformações continuou em várias áreas, ancorado pela recuperação da saúde financeira e da capacidade de investimento do Estado, culminando com o pagamento antecipado de toda a dívida mobiliária do Estado, ainda nos anos 90, reduzindo assim o passivo futuro de endividamento, dando folga a maiores investimentos para os governos seguintes.

Outro ponto de destaque, e que deixou importante legado, foi a gestão hídrica, área em que o Ceará passou a ser referência no Brasil. A partir da criação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos e de um sistema de planejamento, com o gerenciamento da oferta de água superficial e subterrânea, tem sido possível lidar com situações críticas, como, por exemplo, a gravíssima seca que ocorreu em 2012.

As grandes realizações em infraestrutura foram pensadas como pilares para o desenvolvimento do Estado. Foram muitas, em diversas áreas e de grande impacto. Citando algumas delas: o açude Castanhão; o Complexo Portuário do Pecém; o novo Aeroporto de Fortaleza e a construção e recuperação de centenas de quilômetros em rodovias. Posteriormente, o surgimento do polo siderúrgico do Ceará; a construção de infraestrutura rodoviária para as rotas turísticas; as obras do primeiro trecho do Cinturão das Águas do Ceará, que foram fundamentais para garantir o abastecimento hídrico da região do Cariri; a implantação do Cinturão Digital do Ceará, uma ampla malha de fibra ótica, conectando Fortaleza ao interior do Estado; a construção do Centro de Eventos do Ceará, um marco para atrair grandes eventos que colocou definitivamente o Ceará no mapa do turismo de negócios.

Especificamente na área de educação, os avanços foram enormes, com a expansão do ensino em tempo integral, as escolas profissionalizantes e o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Não obstante muitos desafios pela frente, esse conjunto de realizações transformou o Ceará em referência nacional na educação pública, especialmente no ensino fundamental. Tomando por base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), constata-se que, das 100 melhores Escolas de Ensino Fundamental, 82 estão no Ceará, o que comprova o sucesso do programa.

Na saúde, iniciou-se um processo de reestruturação e interiorização da rede pública, com a construção de grandes hospitais regionais no interior, como o Hospital Regional do Cariri e o Hospital da Região Norte, em Sobral, evitando pressão adicional na rede de saúde de Fortaleza. Além disso, a rede de saúde pública foi diversificada com novos equipamentos como policlínicas, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Centros de Especialidades Odontológicas. Todos esses equipamentos contribuíram, de forma significativa, para a ampliação da oferta e para a melhoria dos serviços públicos de saúde.

Entretanto, apesar dos imensos avanços alcançados, não só na área econômica como nas áreas social e de gestão, o certo é que novos desafios se revelam, agravados pelos impactos produzidos pela Pandemia. Nessa direção, o cenário mundial tornou-se mais complexo, e isso vai exigir dos cearenses novas formas de lidar com esses novos tempos em função dessa agenda: a necessidade de geração de oportunidades, emprego e renda; a busca incessante para reduzir as desigualdades; o desafio de expansão e melhoria contínua da rede de saúde; o combate à violência, às facções e ao crime organizado, bem como sua prevenção; fomento à economia do conhecimento e inovação, exaltando-se a importância da integração entre universidades, poder público e iniciativa privada; a evolução contínua da rede de educação pública; a segurança alimentar; a superação da pobreza; o investimento em capital humano; cidades com soluções para os desafios de mobilidade, acessibilidade urbana e segurança viária; a reconexão das pessoas com a natureza; a procura por uma socialização mais segura; a garantia de apoio para populações vulneráveis; e a imprescindibilidade da atenção às mudanças climáticas e da transição para uma economia de baixo carbono. Todos esses, para citar alguns temas e sem prejuízo de outros, são tópicos que estarão em pauta para qualquer governante.

Assim, para ser bem-sucedida, a administração pública no Ceará terá que ser capaz de, concomitantemente, cuidar bem das pessoas (educação, emprego, saneamento, saúde e segurança, entre outros), do meio ambiente (sustentabilidade e economia circular, por exemplo) e das organizações (favorecer o avanço tecnológico e fortalecer o empreendedorismo e inovação, fundamentalmente).

Esse cenário requer um governo que não só garanta a preservação das conquistas obtidas nas últimas décadas, como também que tenha a capacidade de ousar e inovar, liderando o Estado rumo a um novo ciclo de desenvolvimento e avanços em todas as áreas necessárias. Após dois mandatos reconhecidamente exitosos à frente da Prefeitura de Fortaleza, Roberto Cláudio apresenta-se como o gestor cuja atuação será determinante para essa nova inflexão, esse novo ciclo de avanços, na administração estadual.



A atuação de Roberto Cláudio como prefeito de Fortaleza em dois mandatos foi transformadora. Para citar alguns exemplos: a reestruturação da Rede Municipal de Ensino à expansão da Rede de Saúde; das Escolas de Tempo Integral às Policlínicas, novas UPAs, postos e IJF2; da transformação na mobilidade urbana à urbanização de comunidades vulneráveis e os avanços nas políticas públicas de habitação; das políticas da juventude à atenção diferenciada à primeira infância; do desenvolvimento econômico à inovação na gestão pública; do fortalecimento das políticas de segurança cidadã às políticas de esporte e cultura; das Areninhas ao Bilhete Único. Foram muitos os projetos que mudaram para melhor a vida de tantas pessoas em nossa capital e que conferiram a Fortaleza reconhecimentos nacionais e internacionais.

Além disso, ressalte-se que, na gestão Roberto Cláudio, foi feito o maior programa de investimentos da história de Fortaleza, o Programa Mais Ação. Esse êxito foi obtido mesmo em um cenário nacional desfavorável. Dos oito anos da gestão de Roberto Cláudio, em cinco deles o Brasil teve retração econômica. A ação do poder público e o dinamismo do setor privado deram resultado: Fortaleza, pela primeira vez em sua história, em 2018, atingiu o posto de maior PIB (Produto Interno Bruto) entre os municípios da região Nordeste, mantendo-o desde então.

Essa breve análise da evolução do Estado do Ceará é importante para a compreensão do que se faz necessário para os próximos anos. Em síntese, o Plano de Governo deve ser guiado por três princípios que revelam o que o Ceará precisa: "Continuar o que está bem; Corrigir o que está mal; Fazer o que nunca foi feito." Nos próximos tópicos, serão apresentadas as diretrizes centrais e temáticas orientadoras da construção coletiva do Plano de Governo a ser realizada no decorrer da campanha eleitoral.

## **04** DIRETRIZES CENTRAIS DO PLANO DE GOVERNO

Como dito anteriormente, as diretrizes centrais e temáticas abaixo descritas devem ser entendidas como orientações para o processo de consolidação coletiva do Plano de Governo durante o processo eleitoral, mas não devem limitar esse processo. Outras diretrizes e princípios oriundos de instrumentos diversos de planejamento, podem ser considerados como fonte de referência e inspiração. Durante toda a campanha eleitoral, em diálogo com a sociedade, esses princípios serão detalhados e traduzidos em políticas públicas.

- 01.** Intensificar o processo de crescimento econômico sustentável do Estado do Ceará, com foco na geração de emprego e renda, fomento à inovação, respeitando e protegendo os ecossistemas ambientais, estimulando e valorizando a produção local.
- 02.** Implantar um modelo de desenvolvimento econômico regional que se baseie nas diferentes vocações e potenciais das diversas regiões e municípios do Estado do Ceará.
- 03.** Priorizar e fortalecer políticas, projetos e ações voltados à segurança pública, combate e prevenção à violência.
- 04.** Fomentar um novo ambiente de promoção da paz e da segurança a partir do combate firme e ostensivo às facções criminosas e ao crime organizado, por meio da integração de esforços entre Estado e municípios, cooperação com a União e uso intensivo de inteligência, tecnologia e inovação.
- 05.** Promover a Educação, integrada à economia do Estado, como eixo de um projeto de desenvolvimento e de acesso às oportunidades.
- 06.** Fortalecer a formação de uma sociedade do conhecimento, estimulando a geração e incorporação de novas ideias, tecnologias e inovações, que possam ser base para o desenvolvimento econômico e uma maior integração à economia mundial.

- 07.** Fortalecer as identidades e diversidades sociais, culturais e religiosas de nossa sociedade, respeitando e valorizando as manifestações das minorias.
- 08.** Ampliar os serviços públicos de atendimento ao cidadão cearense, introduzindo inovações, especialmente por meio do uso de tecnologias que permitam mais agilidade com menor custo e desperdício de tempo.
- 09.** Promover e reforçar um padrão de governança participativa, transparente, ética, eficiente, inovadora e que possa viabilizar a construção de elos mais fortes, cooperativos e efetivos entre o Governo Estadual, setor produtivo e sociedade civil.
- 10.** Melhorar a qualidade de vida da população cearense, reduzindo a pobreza e as desigualdades sociais e regionais, tornando-a uma sociedade mais justa, pacífica e segura.
- 11.** Utilizar os instrumentos de planejamento formais do Estado, bem como os instrumentos setoriais dos segmentos organizados da sociedade, como fonte potencial de referência para construção de políticas públicas.
- 12.** Consolidar e aperfeiçoar o Plano de Governo considerando a participação das diversas representações da sociedade civil, em nível regional e temático.
- 13.** Resguardar a saúde financeira, a responsabilidade fiscal e a capacidade de investimento do Estado.
- 14.** Promover políticas públicas que estejam em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).
- 15.** Priorizar políticas públicas com foco nos segmentos mais vulneráveis da população cearense, com atenção especial à segurança alimentar, à superação da pobreza e aos jovens que nem estudam nem trabalham.

## **05** DIRETRIZES TEMÁTICAS DO PLANO DE GOVERNO

### **Educação**

- 01.** Garantir a elevação do nível de excelência na qualidade do ensino e na promoção da educação inclusiva.
- 02.** Ampliar a capacidade de atendimento e modernizar a Rede Escolar.
- 03.** Promover a Educação como eixo de um projeto de desenvolvimento e de acesso às oportunidades.
- 04.** Qualificar a rede pública de ensino com a inclusão de conhecimentos e competências nas áreas de tecnologias digitais e inovação, preparando os jovens para as oportunidades nessas áreas.
- 05.** Valorizar a Carreira Docente com atuação na formação continuada e na atenção à saúde dos profissionais da educação.
- 06.** Promover e consolidar políticas públicas voltadas para a primeira infância.

## Saúde

07. Garantir a ampliação da infraestrutura de saúde e da capacidade de atendimento do Estado.
08. Promover ações específicas para atendimento da demanda reprimida em decorrência da Pandemia da Covid-19.
09. Promover a qualidade no atendimento, inclusive com o uso intensivo de novas tecnologias e telemedicina.
10. Fomentar ações de cooperação e apoio entre Estado e municípios, tendo em vista a melhoria e a qualidade os serviços de saúde prestados à população.
11. Desenvolver políticas intersetoriais para a promoção da saúde mental.

## Desenvolvimento, Emprego, Renda e Empreendedorismo

12. Promover a regionalização do desenvolvimento estadual em consonância com as vocações e potencialidades das regiões e seus municípios.
13. Valorizar a produção local estimulando as compras governamentais de empresas locais, especialmente as de pequeno e médio porte.
14. Priorizar a geração de oportunidades, emprego e renda, inclusive apoiando o segmento de pequenos e médios empreendedores, de forma a estimular o desenvolvimento econômico do Estado.
15. Promover a inovação como um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado e fonte de oportunidades de novos negócios, emprego e renda.

- 16.** Estimular o desenvolvimento orientado pelas diversas vocações regionais do Estado do Ceará, tais como a Economia do Mar, agronegócio, turismo, desenvolvimento da indústria e infraestruturas logísticas.
- 17.** Fomentar o desenvolvimento do Estado para assumir o protagonismo nas novas economias baseadas na sustentabilidade social, econômica e ambiental potencializando as oportunidades da transição global para a chamada economia de baixo carbono.
- 18.** Promover políticas públicas que estimulem o potencial do Estado na economia sustentável com foco especial na transição energética para fontes sustentáveis e renováveis como energia solar, eólica e hidrogênio verde.
- 19.** Promover o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio com base nas vocações regionais e locais.
- 20.** Apoiar a atração de investimentos e o desenvolvimento da atividade industrial do estado em parceria com as organizações representativas deste segmento.
- 21.** Promover políticas públicas de apoio às atividades dos setores de serviços e comércios com foco na geração de emprego e renda.
- 22.** Expandir e qualificar a política estadual de microcrédito como estímulo à capacidade empreendedora e de geração de novos negócios.
- 23.** Estabelecer a indústria de eventos e encontros (feiras, entretenimento, negócios etc.) como um dos pilares do desenvolvimento econômico sustentável do Estado.
- 24.** Impulsionar a economia criativa e a economia do conhecimento de forma transversal em todas as regiões do estado.

## Segurança Pública

25. Fomentar um novo ambiente de promoção da paz e da segurança a partir do combate firme e ostensivo às facções criminosas e ao crime organizado, por meio da integração de esforços entre Estado e municípios, cooperação com a União e uso intensivo de inteligência, tecnologia e inovação.
26. Fomentar a ampliação da capacidade operacional das forças de segurança pública.
27. Promover o uso intensivo de tecnologia, inovação e inteligência, inclusive utilizando-se de ciência de dados, no combate ao crime, especialmente às facções e ao crime organizado.
28. Promover e incentivar a integração das estruturas de segurança do estado e dos municípios, bem como a cooperação com a União, buscando fortalecer e ampliar as operações de combate ao crime nas diversas regiões do Estado.
29. Avançar nas políticas de prevenção à violência e convivência cidadã.
30. Fomentar políticas de valorização e reconhecimento do trabalho policial, inclusive promovendo ações de formação continuada e de atenção à saúde dos agentes de segurança do Estado.

## Inovação, Ciência e Tecnologia

31. Fortalecer as universidades como centros de produção de conhecimento científico, de tecnologia e inovação, fundamentais para o novo ciclo de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará.

- 32.** Estimular a integração entre as ações de desenvolvimento regional e a produção de conhecimento das universidades, especialmente nos temas estratégicos para a economia do Estado.
- 33.** Apoiar e expandir programas que integrem a pesquisa acadêmica à formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas.
- 34.** Estimular a integração entre universidades, setor privado e poder público em projetos que impactem o desenvolvimento socioeconômico do Estado.
- 35.** Apoiar e estimular o ecossistema de inovação, startups e negócios de impacto como componentes fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico, geração de oportunidades, emprego e renda.
- 36.** Promover a inovação como um dos principais eixos para a formulação de políticas públicas intersetoriais.
- 37.** Fomentar políticas de inclusão digital, garantindo estratégias de capacitação e inserção de jovens no mercado de tecnologia, informação e comunicação.
- 38.** Promover políticas de ampliação da infraestrutura de conectividade e de acesso a internet em todo o Ceará, considerando as novas tecnologias de vanguarda.
- 39.** Promover o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às áreas estratégicas do Estado, principalmente a segurança pública, saúde e educação.
- 40.** Ampliar o acesso da população às políticas de ciência, tecnologia e inovação, promovendo cada vez mais a inclusão digital, como forma de redução de desigualdades e geração de oportunidades, emprego e renda.
- 41.** Apoiar os municípios no uso de inovação, ciência e tecnologia na formulação de suas políticas públicas.



## Meio-ambiente, Segurança Hídrica, Saneamento, Proteção Animal.

- 42. Implementar políticas que visem a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.
- 43. Desenvolver políticas públicas que visem o adequado tratamento dos resíduos sólidos, com foco na economia circular e reciclagem, na inclusão social, na geração de emprego e renda, na proteção ambiental e na eliminação dos lixões.
- 44. Apoiar o desenvolvimento dos trabalhadores da cadeia econômica dos resíduos sólidos, bem como das associações de catadores, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 45. Garantir segurança hídrica para todos, tendo a água como direito e insumo estratégico para o desenvolvimento sustentável.
- 46. Preservar o meio ambiente, proteger os recursos naturais e valorizar os serviços ambientais.
- 47. Promover a proteção e o bem-estar animal.

## Infraestrutura (Transportes, Logística) e Energias

- 48. Promover a evolução da infraestrutura do estado como indutora e base para o desenvolvimento econômico.
- 49. Garantir a qualidade e a ampliação da malha rodoviária e das diversas infraestruturas logísticas do Estado de forma a promover o desenvolvimento e a integração regional.

- 50. Garantir os investimentos em infraestrutura necessários para a evolução dos hubs aéreo, portuário e tecnológico.
- 51. Implementar políticas que potencializem a vocação do Estado para ser protagonista na geração de energias renováveis, como energia solar, eólica e hidrogênio verde.
- 52. Implementar políticas de apoio à eletrificação rural em consonância com a legislação federal.

## Mobilidade, Transporte e Trânsito

- 53. Implantar políticas de mobilidade e segurança viária que possibilitem a prevenção e redução de mortes e acidentes, contribuindo para um trânsito mais seguro e com mais qualidade para todos.
- 54. Apoiar os municípios no desenvolvimento de políticas de mobilidade urbana sustentável, como foco na proteção dos usuários mais vulneráveis (pedestres, ciclistas e motociclistas), no transporte público e na melhoria das condições de tráfego.
- 55. Implementar políticas que estimulem o uso de modos de transportes não poluentes e mobilidade elétrica.
- 56. Desenvolver, em parceria com os municípios, políticas públicas específicas que garantam maior qualidade e integração do transporte público em seus vários modos.
- 57. Implementar, em conjunto com os municípios, políticas de acessibilidade que permitam uma maior qualidade no deslocamento de idosos, de pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

## Turismo

- 58. Estimular e fomentar o turismo como componente fundamental e estratégico do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará, aproveitando a diversidade de vocações e potenciais das diferentes regiões do Estado.
- 59. Planejar e executar a política pública estadual de turismo, em todas as suas dimensões, de forma participativa com o trade turístico.
- 60. Desenvolver ações que incentivem as mais diversas rotas turísticas do Ceará, estimulando a regionalização e o desenvolvimento dos setores gastronômicos, ecológico, de patrimônio histórico e cultural, de artesanato, esportivos, de negócios e eventos, dentre outros.
- 61. Avançar em políticas de promoção do Ceará como destino turístico no âmbito nacional e internacional.
- 62. Promover a manutenção e expansão das infraestruturas logísticas que dão acesso aos principais pontos turísticos do Estado.
- 63. Realizar e estimular investimentos em equipamentos e infraestruturas que qualifiquem o Ceará como destino turístico de relevante expressão regional, nacional e internacional.

## Proteção Social e Direitos Humanos

- 64. Promover políticas de proteção social com foco nas parcelas mais vulneráveis da população, visando a dignidade e a qualidade de vida das pessoas.

- 65. Promover o desenvolvimento de um ambiente de respeito à diversidade, a partir de políticas públicas que afirmem os direitos da mulher, da população LGBTQIA+, da população negra, indígena, quilombola e de pessoas com deficiência.
- 66. Implantar políticas que resguardecam a segurança alimentar das populações mais vulneráveis.
- 67. Atualizar a política estadual de atenção à pessoa com deficiência, em consonância com a convenção internacional da ONU e a legislação brasileira, observando a transversalidade com as políticas de saúde, empregabilidade, educação inclusiva, turismo acessível, acessibilidade, comunicação acessível, dentre outros temas.
- 68. Ampliar e aperfeiçoar as políticas de proteção e apoio às vítimas de violência, como por exemplo violência de gênero e preconceito racial.
- 69. Promover políticas públicas e programas de proteção, apoio, acolhimento e atendimento às crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e vítimas de violência pessoal e social, resguardando seus direitos em consonância com a legislação.
- 70. Desenvolver políticas públicas orientadas para a atenção e cuidado multiprofissional para pessoas com transtorno do espectro autista.
- 71. Promover ações e políticas públicas multisetoriais orientadas para a proteção e qualidade de vida da população idosa do Ceará.

## Habitação

- 72. Ampliar e aperfeiçoar as políticas públicas de incentivo à regularização fundiária e ao direito à moradia digna.

- 73.** Priorizar os investimentos voltados para habitação de interesse social, considerando a articulação com o segmento de construção civil e toda sua cadeia produtiva geradora de emprego e renda;
- 74.** Promover investimentos na melhoria da habitabilidade, tais como urbanização de bairros e comunidades vulneráveis, recuperação de áreas degradadas, dentre outros.
- 75.** Considerar no planejamento e implantação da política de habitação as realidades regionais e municipais do Estado do Ceará;
- 76.** Desenvolver um novo programa de moradia para a zona rural, com foco nas famílias que vivem em condições vulneráveis.

## **Governança e Gestão Pública**

- 77.** Promover e reforçar um padrão de governança participativa, transparente, ética, eficiente, inovadora e que possa viabilizar a construção de elos mais fortes, cooperativos e efetivos entre o governo estadual, setor produtivo e sociedade civil.
- 78.** Resguardar a saúde financeira, a responsabilidade fiscal e a capacidade de investimento do Estado.
- 79.** Valorizar e reconhecer o servidor público como agente essencial para a obtenção dos objetivos e resultados da gestão, em benefício da população do Ceará, mantendo permanente diálogo com a categoria.
- 80.** Investir em permanente capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos do Estado, inclusive apoiando os municípios na capacitação de seus servidores.

- 81.** Promover a melhoria do acesso da população aos serviços públicos, inclusive por meio de estratégias de Governo Digital, utilizando tecnologia e inovação como meios para expandir e facilitar o acesso.
- 82.** Simplificar, tornar mais eficiente e desburocratizar os processos e formalizações necessárias ao desenvolvimento do ambiente de negócios do Estado do Ceará.
- 83.** Estimular parcerias entre o poder público, iniciativa privada, academia e terceiro setor, em projetos e temáticas específicas, visando o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará.
- 84.** Fomentar parcerias e cooperações internacionais objetivando intercâmbio de ideias, melhores práticas e experiências exitosas, nas temáticas estratégicas da gestão estadual, visando o desenvolvimento socioeconômico do Estado.
- 85.** Desenvolver políticas que estimulem a inclusão racial e de gênero nos diversos setores da gestão pública.

## **Agronegócio, Aquicultura e Pesca**

- 86.** Fortalecer o desenvolvimento regional por meio do fomento às políticas de agricultura familiar, pequenos produtores e agronegócio.
- 87.** Promover e apoiar o fortalecimento da produção pecuária no Estado do Ceará.
- 88.** Fortalecer programas de apoio a aquicultura, inclusive a pesca artesanal, visando a ampliação das infraestruturas de estocagem e comercialização do pescado;
- 89.** Estabelecer políticas de incentivo a negócios e sistemas produtivos na zona rural de acordo com as vocações e potenciais de cada região.

# Primeira Infância, Crianças e Juventude

- 90.** Priorizar as políticas de primeira infância, de forma transversal, como componente estratégico para o desenvolvimento do Estado, considerando os anos iniciais de vida como fundamentais na formação do ser humano.
- 91.** Assegurar a priorização nas políticas de atenção à criança e ao adolescente, considerando a transversalidade do tema em agendas de saúde pública, educação, habitação, esporte, cultura, lazer e segurança, dentre outras.
- 92.** Promover, em parceria com os municípios, políticas públicas que estimulem os jovens a explorar os seus potenciais nos campos da cultura, artes, esportes, aquisição de conhecimento, convivência cidadã, visando o desenvolvimento pleno de suas habilidades e vocações, exercício do protagonismo juvenil e acesso a oportunidades, emprego e renda.
- 93.** Priorizar políticas específicas para os jovens que nem estudam nem trabalham (Jovens “Nem-nem”), especialmente aqueles de comunidades vulneráveis, incluindo capacitação e participação nas políticas de Juventude, estimulando o acesso desses jovens a oportunidades de emprego e renda.
- 94.** Promover políticas de inclusão digital e capacitação em novas tecnologias para a juventude.

# Esporte e Cultura

95. Aperfeiçoar e implantar novas políticas de esporte e cultura, entendendo-as como fundamentais e necessárias para a formação dos nossos jovens.
96. Implantar e aperfeiçoar políticas públicas de estímulo à cultura, em suas mais diversas expressões e linguagens, bem como na sua diversidade regional, reconhecendo-a como elemento essencial para a população cearense.
97. Estimular políticas de preservação e recuperação do patrimônio histórico e cultural.
98. Democratizar o acesso da população à cultura e às artes, inclusive considerando as vocações e potenciais das regiões e municípios do Estado do Ceará.
99. Integrar o planejamento das políticas de cultura a áreas estratégicas como turismo, inclusão social, emprego e renda e educação, dentre outras.
100. Promover a expansão e qualificação de equipamentos públicos que estimulem a prática de esportes e atividades culturais.



## **06** MENSAGEM FINAL

A COLIGAÇÃO DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO apresentou neste documento as reflexões, orientações gerais e temáticas que devem orientar a construção coletiva do Plano de Governo. Como já dito anteriormente o Plano de Governo será consolidado ao longo de toda a campanha da forma mais participativa possível, dialogando com a sociedade civil, com a comunidade técnica, com as expressões políticas e com a população.

A forma, a metodologia e as grandes orientações estão descritas neste documento, em atendimento à legislação eleitoral, para que a população possa desde já conhecer e participar. Mas também, como ressaltado previamente, não são limitantes desse processo de diálogo e construção. Novas ideias, temas, caminhos e orientações podem ser incorporados à medida que a interação e diálogo aconteçam.

Planos de governo não devem ser produto unicamente de especialistas, mas sim alinhar o conhecimento técnico principalmente ao sentimento e prioridades do povo.

O povo cearense deve ser protagonista na construção deste Plano de Governo ao longo do processo eleitoral e é isso que a metodologia e diretrizes aqui descritas propõem. Em síntese: Continuar o que está bem; corrigir o que está mal; E fazer o que nunca foi feito pelo Ceará. O Plano de Governo que vamos construir colaborativamente será o norte deste grande projeto.